

A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro

Rubya Mara Munhóz de Andrade

Marília Costa Morosini

Daniela Oliveira Lopes

117

Resumo

O artigo apresenta e discute o conceito de universidade do encontro, que tem por base uma proposta de trabalho colaborativo partilhado entre docentes, discentes e comunidade extensionista, para ampliar os espaços integradores na universidade, fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão e viabilizar práticas pedagógicas renovadas na educação superior. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, e a coleta dos dados foi realizada mediante questionário com perguntas abertas a quatro servidoras de uma universidade pública do sul do Brasil, visando identificar traços da universidade do encontro, seus desafios e relevância na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Na interpretação dos dados, aplicou-se a análise de conteúdo. Constatou-se que a extensão nos cursos de graduação possibilita a universidade do encontro, a qual favorece o surgimento do aluno e do professor reflexivos e pesquisadores, que integram conhecimentos científicos e experiência.

Palavras-chave: educação superior; estudo de caso; extensão universitária; integração ensino-pesquisa-extensão; universidade do encontro.

Abstract

University extension in the perspective of the gathering university

This article debates the concept of the gathering university (universidade do encontro), which bases on the proposal of a group effort among professors, students and the community implicated in the extension, in order to expand the chances for integration within the university, to reinforce the teaching-research-extension relation, and to enable new pedagogical practices in higher education. The research employed a qualitative approach, and data was collected through a survey with open questions answered by four female employees of a public university at the South of Brazil, seeking traits of the gathering university, its challenges and relevance in the liaison between teaching, research, and extension. To interpret data, content analysis was used. It was verified that extension within undergraduation courses enables the gathering university, which promotes thoughtful and research-oriented students and professors, who integrate experience and scientific knowledge.

Keywords: case study; gathering university; higher education; teaching-research-extension integration; university extension.

Resumen

La extensión universitaria desde la perspectiva de la universidad del encuentro

El artículo presenta y discute el concepto de la universidad del encuentro, que se basa en una propuesta de trabajo colaborativo compartido entre docentes, estudiantes y comunidad extensionista, para expandir los espacios integradores en la universidad, fortalecer la relación entre la enseñanza, investigación y extensión y permitir prácticas pedagógicas renovadas en la educación superior. La investigación utilizó un enfoque cualitativo, y la recolección de datos se realizó por medio de un cuestionario con preguntas abiertas a cuatro servidoras de una universidad pública en el sur de Brasil, con el objetivo de identificar las características de la universidad del encuentro, sus desafíos y relevancia en la articulación entre enseñanza, investigación y extensión. En la interpretación de los datos, se aplicó el análisis de contenido. Se constató que la extensión en los cursos de graduación posibilita la universidad del encuentro, lo que favorece el surgimiento del alumno y del profesor reflexivos e investigadores, que integran conocimientos científicos y experiencia.

Palabras clave: educación superior; estudio de caso; integración enseñanza-investigación-extensión; universidad del encuentro; extensión universitaria.

Introdução

Os caminhos percorridos pela extensão universitária no Brasil e seu fortalecimento legal têm relação com a criação da educação superior e suas reformas. Desde o começo do século 20, com a criação das primeiras universidades no Brasil, até o início de 1960, com a intensa atuação dos movimentos estudantis liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), poucas ações foram articuladas para a institucionalização da extensão universitária.

O primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987, p. 11) representou um avanço, oportunidade na qual foi construído um novo conceito:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Desde 1987, outros marcos significativos foram criados, tais como: o amparo legal da Constituição Federativa do Brasil de 1988 e o da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/96), os Planos Nacionais de Educação (PNE 2001, 2011, 2014), a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012) e o marco regulatório da extensão universitária aprovado por meio da Resolução nº 7, de 18 dezembro de 2018.

No que tange a esses marcos, vale destacar que, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, é indicada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um princípio da universidade e, na LDBEN, é apontado que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsa de estudos” (Brasil, Lei nº 9.394, 1996).

Os planos nacionais de educação alertam para a importância e a necessidade de se pensar a extensão universitária no âmbito das matrizes curriculares dos cursos de graduação das universidades brasileiras. Dessa forma, no PNE de 2001, em sua meta 23 do nível de ensino da educação superior, é assegurado que “no mínimo 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas” (Brasil, Lei nº 10.172, 2001). Tal meta é reforçada no PNE 2011, cuja estratégia 12.7 reitera essa porcentagem mínima e a direciona, especificamente, para programas e projetos de extensão universitária. No PNE 2014, mantém-se ainda a porcentagem mínima

de 10%, o direcionamento para projetos e programas de extensão e acrescenta-se uma orientação para que tais ações sejam voltadas, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Brasil, Lei nº 13.005, 2014).

Outro marco significativo foi a Política Nacional de Extensão Universitária, lançada pelo Forproex (2012, p. 4), que materializa o compromisso das universidades signatárias em ser, a partir da extensão, “um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia”.

Mais recentemente, como forma de regimentar o disposto na estratégia 12.7 da meta 12 do PNE 2014 e estabelecer as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, foi lançada a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil. MEC. CNE, 2018b). Essa normativa define conceitos, diretrizes e princípios para a extensão em todo o sistema de educação superior do País, abrangendo universidades públicas, privadas e comunitárias, e também estabelece parâmetros para o planejamento, o registro e a avaliação das ações extensionistas (Vasconcelos, 2018).

Nesse contexto, a extensão universitária adquire uma possibilidade mais concreta de aproximação/integração entre universidade e sociedade, mediante a democratização do conhecimento e a interação horizontal entre os saberes científicos e da experiência, contribuindo para diminuir a elitização na educação superior e favorecer, além do acesso e a permanência, o *engagement* estudantil¹ de toda comunidade extensionista.

Alguns autores, entre eles Ristoff (2014, p. 724), apontam que, nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada pelo crescimento do número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes e de concluintes. O autor reforça, segundo a classificação de Martin Trow, esta perspectiva:

[...] o Brasil continua tendo um sistema de acesso basicamente de elite. Trow, em seus estudos, considera de elite o sistema de educação superior com acesso para até 15% dos jovens de idade apropriada. Sua classificação considera de massas o sistema que permite acesso para entre 16% e 50% dos jovens de idade apropriada, considerando o sistema de massas consolidado ao atingir 30%; a partir de 50%, Trow considera o sistema de acesso como universal (Ristoff, 2014, p. 726).

Nas duas décadas, o Brasil detinha 15,1% dos alunos em idade apropriada nas universidades, o que, de acordo com Trow, destacaria o Brasil como um sistema de educação elitista. As desigualdades sociais que inibem o acesso, a permanência e a democratização do conhecimento tornam-se um objetivo a ser superado no que tange ao papel social das universidades na perspectiva da universidade do encontro,² o que possibilita a reestruturação curricular da própria universidade, efetivando a

¹ Estudos realizados no contexto internacional apontam o *engagement* como a variável transversal mais influente no que se refere aos resultados de aprendizagem e aderência aos estudos. [...] revela-se portador de uma multiplicidade de significados capaz de congrega inúmeros aspectos, tendo em vista a existência de diferentes tipos de *engagement* (pessoal, moral, social, profissional, identitário, acadêmico, relacional). (Rigo; Vitória; Moreira, 2018, p. 16).

² Universidade do encontro – Espaço extensionista de convergência, formação e partilha solidária do saber na educação superior. Desperta a curiosidade epistemológica, a amorosidade, o senso ético e estético diante do mundo, possibilitando o surgimento de uma consciência cidadã e solidária na comunidade educativa, resultante do empoderamento e da intervenção social. (Andrade, 2019, p.176).

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a valorização e integração horizontal entre os conhecimentos científicos e da experiência.

A reorganização dos saberes em uma perspectiva intercultural estimula a abertura epistêmica, sobre a qual diz Santos (2010, p. 153): “a abertura a uma pluralidade de modos de conhecimento e às novas formas de relacionamento entre estes e a ciência tem sido conduzida com resultados profícuos, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno”. Apesar disso, o autor observa que, nessas áreas, “o encontro entre os saberes hegemônicos e não hegemônicos é mais desigual e violento” e cita algumas dicotomias que surgem da hierarquização entre o científico e o não científico, tais como: “monocultural/multicultural; moderno/tradicional; global/local; desenvolvido/subdesenvolvido; avançado/atrasado, etc.”.

O desafio está posto na luta contra uma monocultura de saber que restringe o desenvolvimento epistêmico a um processo tradicional, subdesenvolvido, atrasado e distante da realidade, dos problemas sociais e do desenvolvimento da condição humana, e que pouco agrega às reais necessidades das minorias historicamente negligenciadas.

A inserção da extensão nos cursos de graduação – proposta coletiva comprometida com um novo projeto de universidade

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino. (Santos, 2003, p. 225).

121

Um projeto de universidade envolve necessariamente a escolha de objetivos e metas que assinalam o tipo de sociedade, homem e mundo que se deseja construir. A inserção da extensão universitária nos cursos de graduação aponta a possibilidade de reestruturação curricular que mobiliza a integração dos sujeitos em um processo de partilha solidária de saberes, fazeres e sonhos, na luta pela democratização da educação e pela transformação da realidade educativa historicamente elitizada e excludente na educação superior.

A inserção da extensão universitária nos cursos de graduação poderá transformar-se em núcleo mobilizador e integrador do currículo, perpassando de forma transversal todas as áreas e cursos universitários, comprometendo os sujeitos envolvidos (docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade extensionista) na assunção de uma nova proposta educativa, mais integrada às comunidades e potencializadora de compromisso social, político e ético com a reflexão crítica e a transformação das diferentes realidades.

No PNE 2001-2010, foram estabelecidas metas para a garantia do desenvolvimento da extensão universitária. Esse desenvolvimento abrange o compromisso com a formação acadêmica e humana, atingindo a comunidade em geral, fortalecendo a integração entre docentes, discentes e comunidade extensionista na busca pelo desenvolvimento social e educacional e alcançando as camadas sociais historicamente negligenciadas.

No entanto, durante o período de vigência do PNE 2001-2010, nem todas as metas foram alcançadas; assim, o Projeto de Lei nº 8.035/2010 propôs para o PNE 2011-2020, reafirmando a 7ª estratégia da meta 12:

12.7 Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. (Brasil. Câmara., 2011, p. 40).

Essa política também reafirma tal centralidade e convoca os órgãos acadêmicos responsáveis para que a adotem na organização das estruturas curriculares e práticas acadêmicas (Forproex, 2012, p. 30). Dessa forma, desde 2001, são indicadas metas no PNE a favor da implantação da extensão universitária nos cursos de graduação, e isso vem sendo um desafio a ser assumido pelas diversas universidades brasileiras e pelo Forproex, pois rompe com a hierarquização do saber e com os sistemas elitistas e desintegrados na educação superior.

A inserção da extensão universitária nos cursos de graduação é uma meta a ser atendida com o PNE 2011-2020 (Brasil. Câmara...,2011), que desafia o coletivo universitário a assumir a necessidade de [re]significação de suas concepções e de suas práticas pedagógicas na educação superior. Esse processo pedagógico corrobora o enfrentamento da invisibilidade da extensão universitária e provoca a efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012, p. 29), com a proposta de “Universalização da extensão universitária”, destaca a importância dessa medida para o fortalecimento das ações e das propostas extensionistas, baseadas na integração, no diálogo, na interdisciplinariedade e interprofissionalidade, e impacta a formação do educando e a transformação social.

Nesse contexto, o marco regulatório da extensão universitária, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), potencializa o processo de reorganização curricular no ensino superior e a concretude de um ambiente pedagógico colaborativo. Segundo o marco regulatório do CNE (Brasil. MEC, 2018b, p. 13), a fim de cumprir a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o PNE 2014-2024, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação e deverão, doravante, fazer parte da matriz curricular dos cursos. Nesse sentido, a fim de se tornar integrada à matriz curricular de forma indissociada do ensino e da pesquisa em um processo único, a extensão deverá observar as diretrizes estruturantes de sua concepção e prática.

Nesse processo de integração/globalização, deve-se ter cautela e avaliar de forma crítica e rigorosa os objetivos que integram essas propostas educativas, no que se refere ao papel da extensão universitária. Santos (2017, p. 4) nos alerta que “[...] a extensão pode ser usada para aprofundar a crise da universidade, caso seja voltada para atividades rentáveis, o que deve ser evitado”. O autor defende a ideia de que é objetivo prioritário da extensão o apoio solidário na resolução de problemas de exclusão e de discriminação, assim como as ações que deem voz a grupos excluídos e discriminatórios.

Nesse sentido, precisamos ficar atentos aos processos de reestruturação curricular, com vistas à inserção da extensão universitária nos cursos de graduação,

apoiados no marco regulatório da extensão para a educação superior brasileira, de modo que sejam elaborados com base nos procedimentos reflexivos de planejamento coletivo adequados às diferentes realidades regionais e locais, vinculadas aos objetivos macros da extensão universitária que efetivam a democratização do conhecimento para toda a sociedade.

Um dos passos fundamentais em direção à universalização da extensão universitária está em sua inclusão nos currículos dos cursos de graduação, flexibilizando-os, imprimindo um novo significado com a adoção dos novos conceitos de ensino e de aprendizagem e estimulando a existência de espaços diferenciados de aprendizagem.

É importante ter claro que não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a extensão universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental do processo de formação profissional e de produção do conhecimento. (Forproex, 2012, p. 53).

Várias universidades em todo o Brasil caminham na direção da revisão e da reestruturação curricular, pois entendem a inserção da extensão universitária nos cursos de graduação como uma oportunidade concreta de fortalecimento do compromisso social da universidade, integrando as comunidades em um trabalho coletivo de inserção, desenvolvimento, empoderamento e emancipação social.

O compromisso da partilha do ato de ensinar e de aprender na educação superior é, a contar da inclusão da extensão nos cursos de graduação, direcionado à integração e ao *engagement* do acadêmico na comunidade, ensejando a revisão dos valores fundamentais necessários ao desenvolvimento humano.

Assim, essa inserção favorecerá o surgimento de uma nova cultura do trabalho em equipe, que entenda o contexto acadêmico a ser transformado, o qual é atualmente considerado espaço de formação individual e coletiva. Nas palavras de Fullan e Hargreaves (2000, p. 56), isso só reforça o trabalho solitário e a situação de isolamento do professor: “a situação mais comum para o professor não é ser parte de um grupo cooperativo, mas a situação de isolamento, do trabalho solitário, longe dos colegas”.

Nesse contexto desafiador de construção de um trabalho coletivo a partir da inserção da extensão, entendemos que os professores exercem um papel essencial na tomada de decisão para uma nova cultura participativa e colaborativa das ações pedagógicas.

Quanto à participação dos professores no processo de recontextualização curricular, Leite (2002, p. 86) assegura que os professores “têm uma ação importante, se não na (definição) do currículo, pelo menos ao nível de sua recontextualização e nas condições que criam para a construção de seus significados”.

A aplicabilidade da estratégia 12.7 da meta 12, que considera a importância da extensão como parte integrante dos currículos de graduação, potencializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e desafia a constituição de uma nova sala de aula universitária como espaço possível de reinvenção de práticas

pedagógicas. A universidade pública, espaço de todos, com todos e por todos, deve ser reinventada, buscando-se a construção de uma instituição menos excludente e desumana, aberta aos diferentes saberes e potencializadora de encontros e aprendizagens significativas às necessidades do mundo contemporâneo.

O processo de inserção da extensão universitária nos cursos de graduação consolida o compromisso de uma universidade pública com o protagonismo dos sujeitos, o desenvolvimento de práticas pedagógicas dialógicas, a integração dos saberes científicos e da experiência e a formação cidadã de docentes, discentes e comunidade extensionista. Colaboram com essa reflexão Leite e Fernandes (2010, p. 203):

Estamos em crer que os maiores desafios hoje colocados aos professores exigem uma ruptura com padrões de conduta convencional e a adesão a princípios de equidade, de diferenciação e de gestão curriculares que, obrigatoriamente, exigem dos professores a reinvenção de uma nova profissionalidade.

Dessa forma, institucionalizar a inserção da extensão universitária efetiva uma proposta humana, pedagógica, política e ética que viabiliza a reorganização curricular e potencializa a criação de propostas integradas e interdisciplinares, renovadoras dos processos de ensinar e aprender no ensino superior, tornando-a uma ferramenta mobilizadora de ações de transformação e de melhoria social.

Um novo projeto de universidade surge quando são articuladas formas de integração comprometidas com a participação e a construção coletiva de projetos na perspectiva da universidade do encontro. Nesse processo de convergência de saberes, sonhos e trabalho colaborativo, os currículos universitários possibilitam o desenvolvimento do *engagement* estudantil. Costa e Vitória (2017, p. 2262) esclarecem o conceito:

Engajamento acadêmico é visto como um processo multidimensional que engloba, sobretudo, as dimensões afetiva, comportamental e cognitiva dos indivíduos que, quando mobilizadas conjuntamente, permitem o envolvimento efetivo dos estudantes com o meio e as atividades acadêmicas, gerando, de fato, o engajamento.

Complementando essa compreensão sobre as causas que estimulam o envolvimento estudantil, Campbell e Cabrera (2011, p. 87) ressaltam que, “quanto mais engajados estiverem os estudantes, maior tende a ser a probabilidade de o estudante persistir em seus estudos e, especialmente, maior tende a ser seu resultado de aprendizagem”.

Percurso metodológico

Esta pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, e o instrumento para a coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas a quatro servidoras de uma universidade pública localizada no sul do Brasil. Para a interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011), e o subsídio teórico centrou-se em autores como Ristoff (2014); Rigo, Vitória e Moreira (2018); Andrade (2018);

Santos (2000, 2010, 2017); Síveres e Meneses (2011); Leite e Fernandes (2010); Costa e Vitória (2017); Campbell e Cabrera (2011); Vasconcelos (2018); Guareschi (2008); Zabalza (2004) e Brandão (2008). O objetivo da pesquisa foi identificar os traços da universidade do encontro, os desafios de sua concretude e sua relevância na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Análise dos dados

A análise dos dados das entrevistadas revelou que quanto à possibilidade de a universidade do encontro favorecer o processo de inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Unipampa, três das entrevistadas destacaram a contribuição de forma positiva. Para uma delas:

Sim. A universidade do encontro, a partir da proposta de espaço de convergência, formação e partilha solidária do saber, oferece as características imprescindíveis para um trabalho colaborativo e integrado de revisão e reestruturação curricular.

Nessa direção, outra entrevistada afirmou:

Sim, pois a universidade do encontro tem sua base na integração, no diálogo, no engajamento estudantil e no trabalho colaborativo.

Nessas duas falas, observa-se que a universidade do encontro possibilita a articulação e a integração entre docentes, discentes e comunidade extensionista, propiciando a fluidez do trabalho colaborativo e o engajamento estudantil, que solidifica a formação acadêmica, a permanência e a construção da identidade profissional.

Com relação à fala das entrevistadas sobre a integração da comunidade educativa e o engajamento dos estudantes, Kampff (2018, p. 86) destaca que “o termo *engagement* está presente em vários contextos, relacionando-se à maneira como as pessoas se envolvem em causas, atividades ou projetos, mantendo o foco de atuação e persistindo na busca dos objetivos relacionados”.

A terceira entrevistada respondeu à questão relacionando as exigências para que a extensão se efetive nos cursos de graduação da Unipampa, destacando a universidade do encontro como proposta de metodologia necessária para esse fim:

O processo de inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação da universidade exige uma postura de toda a comunidade acadêmica que se volte à construção do diálogo, com o intuito de desenvolver propostas que atendam ao desafio de inserir, no mínimo, 10% de extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade. Nesse sentido, esse processo propicia uma oportunidade de efetivação da universidade do encontro. No meu entendimento, dessa forma, a universidade do encontro é a metodologia que deve ser incentivada e, na medida do possível, desenvolvida e adotada, para que a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade não se tornem simplesmente uma forma de atender ao disposto em uma resolução emitida pelo CNE, mas, sim, seja o ponto de partida para a reconstrução de práticas pedagógicas, para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à universidade e, ainda, para o engajamento e permanência dos alunos nos seus respectivos cursos de graduação.

A universidade do encontro é conceituada pela entrevistada como: um espaço de convergência e, nesse sentido, esse ambiente interativo e dialógico é essencial para a integração de docentes, discentes e comunidade educativa que, ao entenderem a realidade vivida, propõem a reorganização curricular que se efetiva no trabalho coletivo e colaborativo entre os docentes que planejam um percentual de no mínimo dez por cento da carga horária do curso em atividades de extensão.

Quanto às transformações na universidade em relação às questões metodológicas para que se insira a extensão nos cursos de graduação, Zabalza (2004, p. 127) afirma:

[...] quando temos que sair de nossas turmas para criar um projeto (um plano de estudos de um curso, sentimo-nos perdidos, e cada um segue falando sobre o que é seu; [...]). Falta-nos a capacidade de dar este salto qualitativo da visão individual para nos sentirmos membro de um grupo de formadores e de uma instituição que desenvolva um plano de formação.

A quarta entrevistada, na mesma lógica, destaca que:

É importante considerarmos que a concretude da universidade do encontro é um trabalho que exige muitas transformações e o rompimento com práticas históricas no cotidiano das universidades, de trabalho individualizado e competitivo.

De acordo com Zabalza (2004, p. 88), “a cultura da colaboração opõe-se à cultura do individualismo, que é predominante na maior parte das instituições universitárias”. E o autor continua explicitando os desafios que são enfrentados com o rompimento da inércia do trabalho individualizado exercido pelo professor, do qual os próprios alunos rejeitam propostas inovadoras que levem ao rompimento desse esquema consagrado porque, em sua concepção, isso irá exigir maiores esforços deles.

Com esse entendimento, a universidade do encontro conseguirá fazer surgirem o aluno e o professor reflexivos e pesquisadores, que se desenvolvem em uma relação de integração horizontal dos conhecimentos científicos e da experiência em que todos aprendem e ensinam na dialética da reflexão/ação/reflexão diante dos desafios. O processo de empoderamento resultante de uma construção consciente coletiva, segundo Guareschi (2008, p. 166),

“é assim, para Freire, um processo que emerge das interações sociais em que nós, seres humanos, somos construídos e, à medida que, criticamente, problematizamos a realidade, vamos nos “conscientizando”, descobrindo brechas e ideologias; tal conscientização nos dá “poder” para transformar as relações sociais de dominação, poder esse que leva à liberdade e à libertação.

A ideia de coletividade é reforçada por Síveres e Menezes (2001, p. 258), ao afirmarem que “a extensão universitária requer, entre outras atitudes, a disposição para atuar de forma cooperativa e com muita responsabilidade social”. Nessa perspectiva solidária, a educação, por meio da extensão universitária, estabelece uma proposta de compromisso ético com o futuro. Brandão ratifica (2008, p. 138): “uma das inovações da sociedade sustentável é a consciência de que somos todos corresponsáveis por nós em nosso tempo [...] e pela qualidade de vida no planeta, que espera a vinda das gerações futuras”.

Ampliando as possibilidades de democratização do conhecimento pela extensão universitária, esta representa uma maneira de tornar o currículo um instrumento provocador da integração entre os conteúdos previstos e a realidade, o que provoca o desvelamento das situações injustas e excludentes vividas. Essa proposta inclusiva, libertadora e emancipatória, com a reorganização curricular dos cursos de graduação, estimula a construção de uma nova universidade que impacta diretamente a realização dos objetivos, dos princípios e das diretrizes extensionistas no cotidiano pedagógico universitário.

A extensão universitária é o caminho para a universidade estabelecer uma proposta de educação articulada com a melhoria do Brasil e firmar alianças que fortaleçam sua integração com as classes populares. A importância da extensão universitária, como espaço de aprendizagem/formação científica, resultante de processos crítico-reflexivos e da valorização da integração dos conhecimentos científicos e da experiência, efetiva processos de aprendizagem e de consciência de mundo que ainda não estão plenamente universalizados.

Referências bibliográficas

ANDRADE, R. M. M. *A extensão universitária e a democratização de ensino na perspectiva da universidade do encontro*. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, PUC-RS, Porto Alegre, 2019. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8616/2/Rubya_26_04_2019_MADM%20%281%29.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, C. R. *Minha casa, o mundo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020): projeto em tramitação no Congresso Nacional – PL nº 8.035/2010*. Organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. Brasília: Edições Câmara, 2011. Disponível em: <<http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2018/05/projeto-de-lei-do-plano-nacional-de-educa%C3%A7%C3%A3o-pne-2011-2020.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Texto compilado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Portaria nº 1.350. Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 608/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 03 de outubro de 2018, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 dez. 2018a. Seção 1, p. 34.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário oficial da União*, 19 dez. 2018b, Edição 243, Seção 1, Página 49. Disponível em <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 29 nov. 2019.

128

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase). *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC, Sase, 2014.

CAMPBELL, C.; CABREIRA, A. How sound is NSSE? Investigating the psychometric properties of NSSE at a public, research-intensive institution. *The Review of Higher Education*, Baltimore, MA, v. 35, n. 1, p. 77-103, set./dez. 2011.

COSTA, P. T.; VITÓRIA, M. I. C. Engajamento acadêmico: aportes para os processos de avaliação da educação superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Educere), 14., 2017, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUCPR: 2017. p. 2260-2271.

ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1., 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento: documento final. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas – documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987–2000*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000. p. 11-18. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2004.

FERNANDES, C. M. B. Prática pedagógica. In: MOROSINI, M. C. et al. *Enciclopédia de pedagogia universitária*. Porto Alegre: Fapergs: Ries, 2003. [vol. 1].

Forproex *ver também* Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (Forproex). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: [s. n.], 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FULLAN, M.; HARGREAVES, A. *A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GUARESCHI, P. Empoderamento. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

KAMPFF, A. J. C. *Engagement* estudantil e recursos formativos no ensino superior. In: ZABALZA, M. B.; MENTGES, M. J.; VITÓRIA, M. I. C. (Orgs.). *Engagement na educação superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 1-11.

LEITE, C. *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LEITE, C.; FERNANDES, P. Desafios aos professores na construção de mudanças educacionais e curriculares: que possibilidades e constrangimentos. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 198-204, set./dez. 2010.

NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

RIGO, R. M.; VITÓRIA, M. I. C.; MOREIRA, J. A. *Engagement* acadêmico: retrospectiva histórica. In: RIGO, R. M.; MOREIRA, J. A.; VITÓRIA, M. I. C. *Promovendo o engagement estudantil na educação superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 13-33.

RISTOFF, D. O novo perfil do *campus* brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez. 2003.

SANTOS, B. S. *Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, B. S. *A gramática do tempo para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. S. Da universidade à pluriversidade: reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 31, n. 31, p. 201-212, fev. 2015.
- SANTOS, B. S. UnB recebe Boaventura de Sousa Santos. [Entrevista concedida a] Vanessa Vieira. *UNB Notícias*, 3 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/1900-unb-recebe-boaventura-de-sousa-santos>>. Acesso em: 26 out. 2018.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SEVERINO, A. J. Prefácio. In: LUCCHESI, M. A. S. *Universidade no limiar do terceiro milênio: desafios e tendências*. Santos, SP: Leopoldianum, 2002. p. 15-19.
- SEVERINO, F. E. S. (Org.). *Ética e formação de professores: política, responsabilidade e autoridade em questão*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, J. A. M. *Crutac: a história da extensão universitária da UFMA no município de Codó no período de 1972 a 1979*. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.
- SÍVERES, L.; MENEZES, A. L. T. (Orgs.). *Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão nas instituições comunitárias de ensino superior*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.
- VASCONCELOS, I. MEC homologa diretrizes da extensão. *Rede Nacional de Extensão: Renex*, 14 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/noticias/170-mec-homologa-diretrizes-nacionais-da-extensao>>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- ZABALZA, M. A. *O ensino universitário, seu cenário e seus protagonistas*. São Paulo: Artmed, 2004.
- ZABALZA, M. A.; MENTGES, M.; VITÓRIA, M. I. C. (Orgs.). *Engagement na educação superior: conceitos, significados e contribuições para a universidade contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

Rubya Mara Munhóz de Andrade, doutora em educação, é pedagoga, orientadora e supervisora educacional na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *campus* Bagé, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proext).

rubyaandrade@yahoo.com.br

Marília Costa Morosini, doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-doutorado no Lillas, University of Texas, é professora titular e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

marilia.morosini@pucri.br

Daniela Oliveira Lopes, mestre em educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), atua na Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

dol_60@yahoo.com.br

Recebido em 2 de agosto de 2019

Aprovado em 11 de novembro de 2019